

**Força e aparência:
A astúcia do político em *O príncipe* de Maquiavel**

*Force and appearance:
The political actor's cunning in Machiavelli's The
prince*

 10.21680/1983-2109.2021v28n55ID20306

Lucas Barreto Dias

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

 0000-0002-1892-9171

lucas.noglb@gmail.com

Resumo: Desenvolvo neste artigo uma leitura sobre o pensamento político de Maquiavel com base no par conceitual força-aparência tendo como ponto de inflexão entre ambos a noção de astúcia (*astuzia* e *industria*). Metodologicamente, delimito a questão ao âmbito do texto *O príncipe*. Interpreto, a princípio, os conceitos à luz das figuras do leão e da raposa expostas pelo autor a fim de especificar o significado da força enquanto vigor e enquanto aparência. Em seguida, desenvolvo o argumento por meio do conceito de astúcia como uma forma de saber político. A partir da análise, sobressai-se a dimensão do político como fenômeno circunscrito não por uma disjunção entre os conceitos trabalhados, mas enquanto fenomenicamente interrelacionados e constituintes do poder político. Esta interpretação, assim, emerge junto à noção de “verdade efetiva” como estrutura de um pano de fundo conceitual que afirma o realismo político tanto dos regimes reais, quanto das ações políticas.

Palavras-chave: Força; Aparência; Astúcia; *Virtù*; Verdade efetiva.

Abstract: In this article, I develop a reading on Machiavelli's political thought based on the concepts of force and appearance; here I use as

touchstone the term cunning. Methodologically, the problem is delimited to the scope of the book *The prince*. At first, I interpret the concepts in the light of some images: the lion and the fox, which are exposed by the author in order to specify the meaning of force as vigor and as appearance. Then, I develop the argument through the concept of cunning as a form of political knowledge. From this analysis, the political dimension stands out as a phenomenon circumscribed not by a disjunction between the concepts worked on, but as phenomenally interrelated and constituents of political power. This interpretation, therefore, builds on the notion of “effectual truth” as a structure of a conceptual background that affirms the political realism not only of the real political regimes, but also on political actions.

Key-words: Force; Appearance; Cunning; *Virtù*; Effectual truth.

Introdução

Pensador das coisas públicas, Maquiavel desenvolve suas reflexões sobre a vida política atento ao modo pelo qual seus atores costumam agir. Em suas obras não se realiza nem um estudo inequívoco pelo qual um governante sempre terá êxito, como também não se busca fundar um regime político superior aos que até então surgiram no mundo, mas, antes, tenta compreender o modo pelo qual as coisas transcorrem no cotidiano político das duas formas de estado existentes, segundo o secretário florentino: as repúblicas e os principados (cf. *O príncipe*¹, I, § 1)². Os escritos de Maquiavel carregam, assim, a ânsia por compreender e transmitir aos seus leitores aquilo que ele próprio aprendeu na vivência como secretário da república florentina e como admirador da história, isto

¹ Doravante citado como *P*.

² Sigo de perto a tradução de Diogo Pires Aurélio junto à de José Antônio Martins, ambas as edições com o original disponível a ser cotejado. Faço as citações a partir destas traduções, realizando pequenas modificações tendo em vista o original quando necessário. Ambos os tradutores fazem uso da edição crítica de Giorgio Inglese, porém Diogo P. Aurélio adota a divisão e numeração dos parágrafos a partir da edição de Corrado Vivanti, modelo que adoto para as citações de Maquiavel no decorrer deste artigo sob a seguinte forma (*Obra*, capítulo, parágrafo (§) da edição de Corrado Vivanti).

é, por meio da “longa experiência das coisas modernas e uma contínua lição das coisas antigas” (*P.*, Dedicatória, § 2), isto é, o binômio leitura/experiência pelo qual Varotti interpreta o pensamento maquiaveliano (Cf. Varotti, 2006). Em *O príncipe*, Maquiavel pensa frequentemente a relação entre conquista e manutenção do poder, tendo em vista sempre a história dos grandes atores políticos e daqueles do presente. O recurso à experiência é mais que um mero artifício metódico do autor. O movimento não é apenas de uma busca metodológica até um determinado conceito, mas, antes, de um conteúdo ocorrido e apreendido historicamente – a leitura das coisas antigas – que refletirá a perspectiva pela qual o secretário florentino pensa as questões políticas que culminam no seu tempo.³

No entanto, sem cair nos lugares-comuns de aconselhamento à virtude enquanto excelência moral dos *espelhos dos príncipes*, Maquiavel localiza a *virtù* do político em uma esfera baseada na equiparação entre ser e aparência, ou, para ser mais preciso, na primazia da aparência para as coisas públicas. No lugar de elaborar uma teoria sobre o bom funcionamento de um *corpus* político, Maquiavel chama a atenção para suas características, isto é, para os elementos que constituem o modo de agir daqueles que se envolvem com os assuntos públicos.

Neste texto, chamo a atenção para dois destes elementos: a força e a aparência. Por certo que não percorro toda a compreensão maquiaveliana da vida política, mas faço um recorte bastante específico de um dos modos de interpretar a ação do político a partir deste par conceitual. Mesmo quanto aos termos da análise, também não penso esgotar toda a leitura sobre ambos, mas faço ainda uma outra delimitação: penso-os no interior da obra *O príncipe*, circunscrevendo-os, sobretudo, em torno das figuras do leão e da raposa. Dou ênfase aos capítulos III e XVIII para, por fim, situá-los

³ Tal modo de reflexão, todavia, não é inteiramente diferente daquele efetuado pelos pensadores formados em torno dos *studia humanitatis*. (cf. Bignotto, 2005, p. 09-38).

junto à discussão mais geral presente nos capítulos XV, XVI e XVII. Nesse sentido, faço uso das figuras animais para refletir sobre os signos da aparência e da força junto à compreensão da verdade efetiva da coisa [*verità effettuale della cosa*].

O realismo político maquiaveliano, na medida em que faz um elogio da *virtù* sem pretender suplantar a *fortuna*, surge como pano de fundo da discussão. Este posicionamento teórico pelo qual o autor analisa os eventos passados e presentes não desliza nem para uma exacerbação do ator político como figura central que sozinho é capaz de dar conta de todo o espectro da vida pública, nem sugere que a mutabilidade das coisas do mundo impossibilite a elaboração de uma compreensão de alguns de seus elementos que permanecem na história. O realismo político e a verdade efetiva adquirem, na leitura proposta por este trabalho, um posicionamento teórico distinto da tradição filosófico-metafísica. Isto significa que não se observa a vida política de uma esfera racionalmente superior capaz de normatizar o mundo por meio de princípios universais. Antes, olha-se para o mundo no interior e a partir do próprio mundo. A verdade e o realismo são assim pensados a partir do que transcorre no mundo vivido, sem absolutos e atento às contingências da história e das ações dos homens.

É nessa linha argumentativa que tanto a força quanto a aparência têm lugar: nenhuma das duas é erigida como estrutura absoluta e, a seu turno, elas funcionam como vetores que impulsionam o pensamento político à dupla implicação que há entre governantes e governados, *virtù* e *fortuna*, ator político e mundo. O pensamento político, assim, observa aqueles que agem, mas também volta seu olhar para o mundo. A força nunca é apenas um modo de agir do político isoladamente, mas pressupõe outros indivíduos que possam ser impactados por ela. Do mesmo modo, a aparência do político só faz sentido porque ela se volta para um público que sobre ela pode emitir opiniões.

Como explica Newton Bignotto, o contexto no qual Maquiavel estava inserido era habitado por jovens que “abandonaram as

referências teóricas anteriores, para buscar na força o norte que poderia orientar seus juízos sobre as coisas da política” (Bignotto, 2015, p. 88). Todavia, *o aprendizado da força* que Maquiavel acumulou em missões diplomáticas – logo, momento que antecede à escrita de *O príncipe* – conduz sua percepção de que a força era “um instrumento ao mesmo tempo material e simbólico” (*Ibidem*, p. 103). Tanto em sua missão na França frente ao rei Luís XII, quanto no encontro com César Bórgia, o que Maquiavel apreende é que o elemento da força, quando compreendido apenas em sua imediatidade material, não possui tamanha efetividade, pois, ainda que indispensável no campo político, a “força não oferece (...) um ponto de vista a partir do qual todos os juízos políticos podem ser emitidos” (*Ibid.*, p. 100). Se, na concepção de Maquiavel, o erro de Luís XII se assenta na incompreensão deste aspecto, César Bórgia, por sua vez, acerta ao lançar mão do “recurso à imagem da força”, pois “demonstra manejar a retórica tanto quanto as armas” (*Ibid.*, p. 103; 102). A lógica da força, nesse sentido, não se localiza junto de sua imagem, servindo-se, para isso, da retórica como artifício da produção desta imagem, isto é, de sua aparência.

Este argumento é explorado por Helton Adverse (2009; 2017), para quem a relação da retórica com a política em comunhão com uma compreensão da aparência do ator político serve como chave de leitura para o pensamento de Maquiavel. Em sua interpretação, a cultura da visibilidade própria do Renascimento fornece certos contornos pelos quais podemos vislumbrar a obra maquiaveliana. Como destaca, Maquiavel está imerso em um contexto que concebe a realidade não de um modo desconectado da sua dimensão de aparição. Ainda que não reduza o real apenas ao aparecer⁴, é esta perspectiva que está em jogo na vida pública: “essa divisão [entre real e aparência] perde sentido no domínio político porque o efetivo é o que aparece”, de modo que “o *éthos* do homem político (...) é concebido por Maquiavel como uma *imagem* capaz de atuar sobre

⁴ Interpretação que Ames parece defender ao dizer que “não há outra verdade senão aquela que nos aparece” (Ames, 2015, p. 114), “sendo a verdade resultado da interpretação das coisas” (*Ibidem*, p. 115).

os homens que vivem sob um regime político” (Adverse, 2009, p. 19). Ora, continua Adverse, o “cuidado na produção da imagem é (...) necessário para aquele que deseja exercer e manter o poder” (*Ibidem*, p. 20).

Este modo de vislumbrar a situação do político reporta diretamente a como um príncipe deve aparecer ao povo, isto é, evoca a questão da aparência sob a perspectiva de que o “príncipe virtuoso será aquele que não se deixará regular pela aparência. Ao contrário, regulará a aparência” (*ibidem*, p. 37). Trata-se de um deslocamento da posição na qual se encontra o ator político: ele se torna “virtuoso” ao assumir o local de destaque da produção de sua imagem. No lugar de assumir um modo de agir já aguardado e previsível, o político, assim como a realidade mutável do mundo e dos humores da cidade, não seguirá nenhum *script*, mas agirá de acordo com a *fortuna*. Esta compreensão, todavia, não se configura como uma mera reação à fortuidade mundana, mas, antes, toma os assuntos mundanos como prerrogativa para realizar a assunção de um modo de agir autêntico que busca, inclusive, transformar a opinião pública a seu favor.

Força como vigor e aparência: a metáfora do leão e da raposa

É pensando nos acontecimentos políticos que Maquiavel, no capítulo XVIII⁵ de *O príncipe*, trata do tema da produção da aparência como um dos principais elementos do modo de agir próprio do ator político. Ora, já que “aqueles príncipes que fizeram grandes coisas, tiveram a palavra dada em pouca conta e (...) souberam com astúcia enganar o juízo dos homens” (*P.*, XVIII, § 1), não faz sentido que Maquiavel aconselhe Lorenzo Medici a ser

⁵ Sob o título “De que modo os príncipes devem conservar a palavra dada”. Como bem lembra Adverse, o capítulo XVIII d’*O príncipe* “foi um dos responsáveis pela má fama de nosso autor”, isto porque, além de ser daí a tentativa de reportar a autoria a Maquiavel da frase sem dono de que “os fins justificam os meios”, este capítulo é também onde o autor “demonstra (...) uma distinção entre formas de julgamento, ou de juízo” (Adverse, 2009, p. 34).

sempre fidedigno às suas palavras e que seja transparente na vida pública. Ao passo de estar em jogo aqui a manutenção do poder, o conselho de Maquiavel tem como intuito mostrar que a conservação do corpo político depende de fatores interligados à aparência do príncipe e à sua força.

Não é à toa, no entanto, que a questão da produção da aparência efetuada pelo príncipe surja no mesmo contexto que Maquiavel diz ser “dois os gêneros de combate: um com as leis, outro com a força” (*P.*, XVIII, § 2). Neste capítulo, Maquiavel não teme aconselhar o príncipe a agir pela força, no entanto, é importante notar que além do combate pela força, há também aquele efetuado por meio das leis, de modo que tal conselho tem por base a experiência de que a matriz de combate pelas leis não é sempre suficiente. Justamente pelo fato de, sobretudo em um principado, as leis frequentemente serem insuficientes para a manutenção do poder, o político precisa, segundo Maquiavel, “saber usar bem a besta e o homem” (*P.*, XVIII, § 2), o que significa que além das leis, a força é um elemento constitutivo para o exercício político de um príncipe. O uso da força, a que Maquiavel atribui como uma característica menos do homem que do animal, não denota explicitamente um recurso necessariamente violento, isto é, o uso da força não é o mesmo que lançar mão da ação violenta. Na verdade, é interessante notar que após dizer ser a força uma característica própria das bestas e que o príncipe precisa aprender a usar tais artifícios, Maquiavel – em uma metáfora sobre quais animais o homem deve imitar – não sugere apenas um animal tido como forte, o leão, mas também outro animal identificado sobretudo com a destreza, a astúcia: a raposa.⁶

⁶ Adverse faz notar que, logo após fazer uma divisão entre qualidades da besta e do homem, a nova divisão interna às bestas – leão e raposa – “ressalta, de um lado, o caráter heteróclito do real (*in limite* inapreensível) que exige do governante um desdobramento constante de sua natureza; de outro, retoma a partição inicial homem/besta de modo diferente”, pois “a raposa simboliza uma qualidade tipicamente humana: a astúcia (entendida como uma forma de inteligência)” (Adverse, 2009, p. 85).

As qualidades próprias do animal, contudo, não dizem respeito apenas à força em sua qualidade física imediata, isto é, a violência; ela se refere, também, à capacidade de se esgueirar entre armadilhas sem ser alvo delas, de modo que a destreza, no mais das vezes, é mais eficaz que a própria violência. Sobre isso, Maquiavel utiliza duas imagens: a do leão – que pode ser lida primariamente como símbolo de força e poder – e a da raposa, a qual, por ser o signo da destreza, é uma qualidade que se liga às questões da aparência, da astúcia. A destreza/astúcia, isto é, o saber esgueirar-se entre armadilhas, simboliza a capacidade do político de conquistar aquilo que somente a força bruta é incapaz de fazer. A força, ainda que seja também símbolo da aparência, como veremos, não prescinde da astúcia, na medida em que é esta qualidade que permite ao príncipe deliberar qual é a melhor aparência a ser apresentada em público.

Maquiavel aconselha o político, nesse sentido, a ser tanto leão quanto raposa, “porque o leão não se defende das armadilhas e a raposa não se defende dos lobos; necessita, pois, ser raposa para conhecer as armadilhas e leão para amedrontar os lobos” (*P.*, XVIII, § 3). Tem-se aí, portanto, duas qualidades sob as quais um príncipe que vise sua permanência no poder precisa estar atento: a força e a astúcia. Não obstante isso, é digno de atenção que Maquiavel, na sequência desta última passagem, siga dizendo que “aqueles que simplesmente adotam o leão não o compreendem”⁷ (*P.*, XVIII, § 3).

Na medida em que o príncipe é um ator político, a questão da aparência se mostra um ponto central do teatro político no qual surge o príncipe. Ao dedicar o referido capítulo a aconselhar o governante a saber utilizar as qualidades animais do leão e da raposa, o que Maquiavel visa, sobretudo, é mostrar que a “um príncipe, pois, não é necessário ter de fato todas as qualidades

⁷ Na tradução de José Antônio Martins, a passagem é traduzida como: “aqueles que são somente leão não entendem nada de Estado” (Maquiavel, 2011, p. 169). Na tradução de Diogo Aurélio temos: “aqueles que se atêm simplesmente ao leão não percebem disto” (*Idem*, 2017, p. 199). No original: “coloro che stanno semplicemente in sul liono, non se ne intendono” (*Id.*, 2011, p. 168; *Id.*, 2017, p. 198).

supracitadas⁸, mas é muito necessário *parecer* tê-las”, de modo que “tendo-as e observando-as sempre são danosas, e parecendo tê-las são úteis” (*P.*, XVIII, § 5. Grifo meu).

Ora, o que me parece mais plausível, no entanto, é que – ao dizer ser a força uma qualidade dos animais e junto a isso afirmar a necessidade de o príncipe assumir tanto as qualidades do leão quanto da raposa – Maquiavel está mostrando que ambos os animais representam faces distintas da força e que ambas estão interligadas com a questão da aparência. Não se trata unicamente de fazer a divisão simplista aludida acima entre leão-força e raposa-aparência. Na verdade, no modo como leio essa passagem, Maquiavel faz uso dos signos tanto do leão quanto da raposa para significar força e aparência, o que os distingue é o modo como a força lhes é atribuída e qual imagem é forjada a partir deles, isto é, que aparência(s) assume o príncipe. O leão não é apenas a força material e a raposa não é tão-só a aparência.

A destreza da raposa, nesse sentido, assume aqui um *status* de força, assim como o leão também representa tal aspecto. O modo pelo qual essa força é compreendida é que é distinto. Trata-se de acenar ao fato de que a força pode ser compreendida mais adequadamente se não for reduzida somente ao seu aspecto imediato (que engloba, mas não se restringe à violência), mas de interpretar a força também em seu aspecto político não-militar. Segundo esta compreensão, a força descrita por Maquiavel, nas metáforas do leão e da raposa, é referente também a uma força política vinculada à aparência e não simplesmente uma força que se impõe pela violência. Em outras palavras, a força tem aqui um sentido retórico e político, além do seu sentido primário vinculado à imediatidade física. Isso não significa compreender a força como lei, haja vista a própria contraposição conceitual de Maquiavel ao situar força e lei como dois gêneros de combates distintos (Cf. *P.*, XVIII, § 2). Trata-se de perceber que há uma dimensão de força na

⁸ Isto é, aquelas virtudes clássicas atribuídas aos governantes ideais: piedoso, íntegro, confiável, religioso e humano.

astúcia e não apenas no vigor físico, de que a força da raposa, por assim dizer, baseia-se em sua destreza, sua agilidade.

Como nos revela Adverse, a raposa carrega consigo também duas qualidades: “uma forma de conhecimento” – expressa no “conhecer as armadilhas” – e a “simulação e dissimulação” (Adverse, 2017, p. 352). A astúcia, embora se vincule mais propriamente com sua segunda qualidade, também não deixa de lado que é necessário para sua execução um modo de conhecimento instrumental que, justamente, possibilite a produção da imagem perseguida, de simular, aos muitos, “parecer piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso” (*P.*, XVIII, § 5). A astúcia consiste em um modo de saber que propicie a construção de uma aparência frente aos súditos. A força do político perpassa sua capacidade, sua potência de fazer valer de um modo de ser que “Faça, pois, um príncipe por vencer e manter o estado”, sem deixar de considerar, todavia, que “o vulgo prende-se é com o que parece e com o desfecho das coisas” (*Ibidem*, § 7).

Ser raposa, portanto, é saber como sair-se das armadilhas e, em movimento sincronizado, simular sua aparência dissimulando a opinião dos muitos. A retórica⁹, nesse sentido, aparece como elemento que guarda consanguinidade com a política, para usar a reflexão de Adverse (*Op. Cit.*, p. 353), pois é ela a responsável por realizar a modulação da opinião do vulgo, é a persuasão que está em questão. Retornando ao exposto por Bignotto, é ao ver presencialmente a retórica de César Bórgia que Maquiavel experiencia a imagem da força e sua potência (Cf. Bignotto, 2015, p. 101-105), sua astúcia e capacidade de dissimulação.

Leão e raposa significam, ambos, modos de o político agir, concepções distintas de produzir a força: vigor e astúcia; modos, a seu turno, de produzir a aparência da força. Se o leão representa a

⁹ Não me aterei, contudo, a uma análise do papel da retórica no pensamento de Maquiavel, ou mesmo do uso que o autor faz da retórica na construção de suas reflexões. Minha intenção, mais modesta, é apenas circunscrever certos elementos presentes na relação entre força e aparência.

força vinculada seja à violência seja a um caráter mais vigoroso de agir, a raposa faz o príncipe aparecer segundo princípios considerados admiráveis pelos seus súditos. A força do príncipe, nesse sentido, advém de uma dupla aparência: a do príncipe vigoroso e a do príncipe virtuoso (segundo a aparência de possuir as virtudes clássicas requeridas de um político). Leão e raposa servem para a produção da aparência do príncipe, a aparência de um príncipe forte. O próprio leão, nesse sentido, é uma figura que possui uma aparência imponente, não basta a ele ser vigoroso, mas *parecer* vigoroso aos seus súditos.

O vigor e a virtude, no entanto, não são prerrogativas apenas do ser, mas da aparência. Ser capaz de agir produzindo esta imagem: eis a característica de um político que possui aquilo chamado pelo secretário florentino de *virtù*. Não importa tanto, para Maquiavel, que o príncipe efetivamente possua¹⁰, ou não, todos os atributos que possam lhe ser considerados desejáveis pelos seus súditos, mas que crie a aparência de possuí-los, que forje ser, por meio da astúcia e da força, aquilo que lhe impute parecer ser vigoroso e virtuoso, em outras palavras, que torne seu ser sua própria aparência. Na medida em que os “homens em geral julgam mais pelos olhos que pelas mãos, (...) todos veem aquilo que tu pareces, poucos sentem aquilo que tu és”¹¹ (*P.* XVIII, § 6), logo um príncipe forte é aquele que sabe produzir em seus súditos a aparência de que o é virtuoso à maneira clássica, mas que também o seja forte efetivamente. Nesse sentido, continua Maquiavel, “esses poucos [que sentem aquilo que tu és] não se atrevem a opor-se à opinião dos muitos” (*ibidem*), haja vista sua força provir não só da aparência de ser um príncipe vigoroso e virtuoso, mas também do vigor efetivo. O político que cuida de sua imagem está atento ao juízo dos muitos e assegura a estabilidade do estado.

¹⁰ Maquiavel ainda acrescenta: “tendo-as e observando-as sempre, elas [as virtudes clássicas] são danosas, e, parecendo tê-las, são úteis; como parecer piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso, e sê-lo: mas ter o ânimo predisposto de modo a que, se precisares de não ser, tu possas e saibas converter-te no contrário” (*P.*, XVIII, § 5).

¹¹ Metáfora que indica a distância do olhar e a proximidade do tato.

Não reduzo, aqui, a força somente ao seu caráter simbólico, mas de somá-la ao poderio militar, ao vigor do político¹². No plano simbólico, sobressai duas questões que se unem: aquela que se poderia chamar de *força da aparência* – isto é, a característica importância que tem a aparência na formação do juízo do povo – com a *aparência da força*, a imagem forjada para aparecer em público, o aparecer que mostra um príncipe imbuído daquelas virtudes consideradas clássicas, ainda que talvez não as tenha. A força, em tais sentidos, não se desvincula, todavia, da citação de Tácito da qual Maquiavel se serve no capítulo XIII: “Nada há de mais instável e fraco do que a fama de uma potência que não se apoia na própria força”. (*P.*, XIII, § 6), ao criticar a dependência de um estado a forças militares que não lhe sejam próprias e, portanto, mostrar, com base na história, as razões pelas quais é necessário possuir suas próprias armas. Em última instância, se não possuir armas compostas “ou de súditos, ou de cidadãos, ou de criados teus [*creati tua*]”, o príncipe estará “totalmente sujeito à fortuna” (*ibidem*), sem espaço para a *virtù*. Isto é, caso não desenvolva as condições de possibilidade para bem defender seu estado, o governante se encontrará em situação de instabilidade política premente: tanto o político não possui força para se manter em tal posição, como o estado se encontra fragilizado.

¹² Podemos lançar mão, também, do tópico presente no capítulo XII, espaço em que Maquiavel afirma: “As principais fundações que têm em todos os estados, tanto novos como velhos ou mistos, são as boas leis e as boas armas”, mas que como “não podem existir boas leis onde não existem boas armas, e onde existem boas armas têm de existir boas leis, deixarei de lado o discutir as leis e falarei das armas” (*P.*, XII, § 2). Ora, as boas leis são tidas como matéria inescapável, mas, ainda assim, Maquiavel se detém nos capítulos XII, XIII e XIV a falar sobre o poderio militar, sobre o aspecto material da força. Só então (a partir do capítulo XV) é que entra em cena algo que transcende este campo sem abandoná-lo: a astúcia, a produção da imagem, a qualidade política da aparência. Como aponta Adverse: a partir deste ponto, “a palavra *armas* desaparece”, e o motivo: “Maquiavel pretende, neste capítulo, tratar de ‘política doméstica’, não de política externa” (Adverse, 2009, p. 65). Todavia, continuando o argumento, se as *armas* não parecem mais estar em questão, a *força* está, ela não desaparece em termos de “política doméstica”.

A força, portanto, não se resume apenas a uma aparência que não encontra fundamento no ser do político, mas também não se reduz às suas forças militares. Junto e para além das armas, a força depende de sua imagem, em como surge aos espectadores, como aparece aos súditos, aos cidadãos, aos criados (aqueles mais próximos do príncipe). A aparência da força se funda, primariamente, no próprio vigor e nas armas, mas, para além disso, ela também deve se apresentar mediante a astúcia, a aparência do político vigoroso e virtuoso.

Força e astúcia: a aparência do político

Faço aqui um breve retorno no opúsculo maquiaveliano para recuperar a interpretação que persigo, mais especificamente ao capítulo III, quando o autor discute os principados mistos e como um príncipe deve agir a fim de manter-se no poder frente à sua nova conquista. Maquiavel termina o referido capítulo com o que ele chama de uma regra geral [*regula generale*]: “aquele que faz alguém potente, causa a sua [própria] ruína, porque aquele poder é criado por ele ou com astúcia [*industria*] ou com força, e uma e outra destas duas é suspeita para quem se tornou potente” (*P.*, III, § 14). Astúcia [*industria*] e força [*forza*], os termos do capítulo III, aproximam-se bastante daquilo que foi produto da interpretação do capítulo XVIII: destreza/astúcia e força.

Se olharmos atentamente ao texto e, especificamente, à passagem supracitada, veremos que Maquiavel indica que ambas as origens do poder – a astúcia e a força – são suspeitas a quem tornou-se poderoso. No caso, circunscrito se tratar de um principado recém-conquistado pelo príncipe, momento em que o poder não está plenamente fundado.¹³

¹³ Neste capítulo III é indicada mais uma perspectiva de conquista do que de fundação e manutenção do poder. Isso poderia significar que, sob a ótica da conquista, o poder se dá por uma ou outra qualidade, no entanto, se pensarmos o poder em uma perspectiva mais ampla, que julgo ser a que Maquiavel aplica, isto

Seguindo esta perspectiva, no capítulo III é posta em questão a utilização de outrem (um forasteiro ou mesmo outro homem poderoso) para o governo de locais onde o príncipe não está presente. Mais ainda, Maquiavel indica uma situação específica: “quando se conquistam [*acquista*] estados numa província de *língua, costumes e ordens diferentes*, aqui é que estão as dificuldades, e é preciso ter grande *fortuna* e grande *astúcia* [*industria*]” (*P.*, III, § 4. Grifos meus). Chamo atenção para os primeiros destaques: línguas, costumes e ordens diferentes.

O político se verá envolvido em maiores dificuldades quando inserido na conquista de um território sob tais circunstâncias. Para tanto, o conselho de Maquiavel é: “um dos maiores e mais eficazes remédios seria que a pessoa que o conquista ir para lá habitar (...). Porque, estando lá, veem-se nascer as desordens e depressa se podem remediar” (*Ibidem*). Além de precisar atuar diretamente no local conquistado, não podendo confiá-lo a um terceiro (sob o risco de conferir poder a outrem), o príncipe se encontra em uma situação que apenas habitar o local como descrito, todavia, não será suficiente. De um lado, a língua diferente coloca em destaque o problema da persuasão, de outro, o costume e as ordens diferentes põem em xeque aquilo que seja considerado como virtuoso por aquele povo, indicando ao príncipe que os seus próprios modos de aparecer precisam ser bem pensados e calculados antes de assumir uma forma pública. Deste modo, caberá ao príncipe, além de contar com a fortuna, ser capaz de desempenhar muita astúcia. A aparição ao povo requer a capacidade de produzir uma aparência que moldará o juízo público: para tanto, cabe ao ator saber adentrar no novo cenário político, e o tipo de saber que indica esta habilidade é a astúcia.

Nesse sentido, é curioso percebermos a utilização do termo astúcia [*industria*] junto a fortuna, no lugar do já conhecido termo *virtù*. Caso Maquiavel escrevesse em seu texto que “é preciso grande

é, enquanto potência, a noção que une ambos os aspectos discutidos (força e astúcia) parece ser mais condizente com os conselhos do secretário florentino.

fortuna e grande *virtù*”, no lugar de “grande *astúcia*”, o sentido mais geral do texto não pareceria modificado. Poderíamos nos perguntar pelos motivos que fizeram Maquiavel optar por um no lugar do outro.¹⁴ O fato de não tratarmos aqui de um texto sistemático diminui o problema, na medida em que o autor não está preocupado em fundar um sistema de pensamento político. Ademais, há que se perceber, mais uma vez, o contexto em que surge o conselho: na conquista de um principado novo/misto, a partir do qual o autor evoca que “embora alguém seja fortíssimo pelos seus exércitos, precisa sempre do favor dos provinciais para entrar numa província” (*P.*, III, § 1). Além do vigor, da força do exército, é preciso que o povo lhe aceite de algum modo.¹⁵ O exemplo negativo Maquiavel pôde conhecer pessoalmente: Luís XII.

No “aprendizado da força” descrito por Bignotto, podemos verificar que na missão diplomática de 1499 em que o secretário florentino visita o monarca francês, o que é aprendido é a potência da força no campo político em que “as boas letras ou os bons argumentos (...) não são escutados” (Maquiavel, *apud* Bignotto, 2015, p. 99). Todavia, Maquiavel aprende também que o uso apenas desse modelo de força não funciona como critério absoluto, de modo que “os franceses, longe de aumentar sua capacidade de agir pelo fato de serem os mais fortes, se perdiam no mito da própria força” (Bignotto, 2015, p. 100).

¹⁴ A respeito disso, pode-se também verificar que no capítulo IX, sobre “O principado civil”, Maquiavel fala de uma “astúcia afortunada” [*astuzia fortunata*]. Aqui diz o autor que para atingir o principado civil “não é necessário toda a virtude e toda a fortuna, mas antes uma astúcia afortunada” (*P.*, IX, § 1). Se compreendemos a *virtù* na relação força e aparência, Maquiavel parece evocar que, neste caso, não é necessário toda a *virtù*, mas parte dela, isto é, seu elemento de astúcia junto à fortuna, este último elemento ineliminável.

¹⁵ Ainda referenciando o capítulo IX, podemos ver como Maquiavel compreende a importância do povo para a manutenção do poder e estabilidade do estado: “se for um príncipe que se funda no povo, que possa comandar e seja homem de coragem, que não se assuste na adversidade, que não careça da restante preparação e que tenha, com o seu ânimo e as suas ordens, animado o comum, jamais se verá enganado por ele e verificará ter lançado boas fundações” (*P.*, IX, § 6).

Neste contexto, Maquiavel, quatorze anos depois, dirá que Luís XII perdeu rapidamente Milão após conquista-la também de modo rápido, bastando, para isso “as forças próprias de Ludovico, porque aqueles povos lhe haviam aberto as portas, achando-se enganados quanto à opinião que tinham dele (...), não podiam suportar os aborrecimentos com o novo príncipe” (*P.* III, § 1). Da primeira vez que perde Milão, Luís XII erra em não construir uma boa imagem – ou de pelo menos mantê-la – perante o povo. Se, como diz Adverse, “A virtude da raposa é (...) a de dominar a arte do *inganno*” e “a raposa (...) é a imagem que melhor se sobrepõe à do político” (Adverse, 2009, p. 87; 83), o erro do príncipe francês que Maquiavel aponta é justamente sua incapacidade política de produzir uma imagem e, com isso, moldar o juízo do povo. Em última instância, a falta do saber político de “simular e dissimular” e a imprudência de reduzir sua força apenas ao aspecto material mostra que Luís XII não domina a arte da astúcia.¹⁶

Usar *astúcia* no lugar de *virtù*, como visto acima, parece evocar que na situação desfavorável em que são diferentes “língua, costumes e ordens”, além da fortuna, o político precisa ter não apenas a força imediata, mas, principalmente, saber fazer uso da astúcia. Enquanto parte da força e da *virtù* do ator político, a *industria/astuzia* é aquela qualidade capaz de suplantar aquilo que não é alcançado apenas pelo vigor, isto é, a materialidade da força. Embora sejam conceitos interligados, a astúcia não se reduz à força, assim como também não a substitui. Em termos filosóficos, ambas –

¹⁶ Na segunda vez que o monarca francês perde o domínio de Milão, todavia, Maquiavel lista uma série de erros de ordem estratégica [“Luís tinha feito, portanto, estes cinco erros: aniquilou os menos potentes; aumentou na Itália a potência de um potente; meteu nela um forasteiro potentíssimo; não veio para aqui habitar; não meteu aqui colônias” (*P.*, III, § 12)] e acrescenta: “E se outros alegarem a palavra que o rei havia dado ao papa (...), respondo com aquilo que adiante se dirá acerca da palavra dos príncipes e de como se deve observá-la” (*Ibidem*, § 13), isto é, aquilo que Maquiavel dirá no capítulo XVIII discutido acima. Estar presente, isto é, fazer-se presente significa sobretudo mostrar-se, aparecer aos outros e produzir neles uma boa opinião com base na imagem produzida. É justamente essa aparição do príncipe que Maquiavel visa no decorrer de sua obra e que tanto chama atenção nos exemplos históricos.

forza e industria/astuzia – são necessárias, mas insuficientes caso tomadas de maneira isolada.

Em outras palavras, astúcia e força não são pensadas por Maquiavel no esquema de uma lógica meramente disjuntiva. No capítulo III, Maquiavel se preocupa que o príncipe possa conceder certo poder a outrem buscando com isso ou ajuda para a conquista de um estado ou mesmo para manutenção do poder, pois colocar alguém poderoso em seu território é um meio de fortalecer um possível adversário. Trata-se, no conselho maquiaveliano, de não tornar ninguém poderoso, visto isto significar sua própria ruína, pois este outro tornado poderoso pode se utilizar da astúcia ou da força e ele próprio se tornar um novo príncipe.¹⁷

O que me interessa ressaltar aqui é o fato de Maquiavel utilizar ambos os aspectos para falar da ação política: seja a da conquista, seja a da fundação e suas relações com a manutenção do poder. Mais ainda, trata-se também de perceber como tal questão remete diretamente à questão da aparência. Quando, no capítulo III, Maquiavel aconselha ao príncipe habitar o local conquistado, pois sua aparência ajuda na manutenção da ordem, Maquiavel não visa qualquer aparição do príncipe, mas aquela ligada à força em seu aspecto mais amplo: além do elemento material, a astúcia que gera a aparência de ser um príncipe virtuoso e vigoroso.

Desta forma, astúcia/destreza/aparência e força são elementos indispensáveis para ambos os contextos políticos: fundação e manutenção do poder. A *virtù* do político, revela Maquiavel, não é constituída pelas qualidades morais clássicas, assim como também não se reduz à força imediata, mas pela aparência daquelas junto à força. É nesse sentido que penso ser a compreensão maquiaveliana orientada pela importância da força material (o vigor, por assim dizer), mas, também, tanto da força como um elemento da aparência, quanto a aparência enquanto aspecto da força, de modo

¹⁷ Nesse esquema do capítulo III, força e astúcia são pensadas no âmbito da conquista do poder, ao passo que aquele do capítulo XVIII já o vincula a um príncipe razoavelmente estabelecido que busca manter-se no poder.

que se poderia falar da *força da aparência* e da *aparência da força*. A *virtù* se define, sobretudo, pela compreensão da aparição da força do príncipe: de uma imagem e de uma efetividade.

Esta aparição do ator político está vinculada a basicamente dois elementos que estão interrelacionados e aos quais já aludi acima: 1) “a saber mascarar essa natureza [sua inobservância à palavra dada] e ser grande simulador e dissimulador” (*P.*, XVIII, § 3); e 2) ser e parecer forte frente aos súditos e inimigos, já que, nas palavras de Tácito citadas por Maquiavel, “nada há de mais instável e fraco do que a fama de uma potência que não se apoia na própria força” (*P.*, XIII, § 6). Nessa conjuntura, é possível ver que a aparência produzida pelo príncipe não é simplesmente duplicada, mas trata-se de um modo de aparecer que reflete ambas aparições, isto é, o conselho de Maquiavel é que o político faça uso de um modo de saber orientado à aparição da sua força e capacidade de agregar aquilo expresso nos costumes de um povo.

Considerações finais: a verdade efetiva, a aparência e a força do político

As considerações de Maquiavel levam à posição de que o político seja, portanto, forte e astuto e que saiba produzir uma imagem que lhe seja favorável junto ao povo que governa. O pano de fundo de todo esse procedimento não é senão uma compreensão da própria realidade política, anunciada pelo próprio autor como *verdade efetiva da coisa*. O capítulo XV, um dos mais citados d’*O príncipe*, é a fonte do que se costuma chamar de seu realismo político. No trecho em questão, o autor nos diz que “Muitos imaginaram repúblicas e principados que jamais se viu ou conheceu existirem de *verdade*”, e como sua “intenção foi escrever coisas que seja útil a quem a escutar”, coube-lhe, assim, “ir atrás da *verdade efetiva da coisa*” (*P.*, XV, § 1. Grifos meus). Ora, como os demais se dedicaram ao que não existe verdadeiramente, Maquiavel se incube da tarefa

de ir em direção ao que é efetivamente real, ao que é verdade, àquilo que é do domínio da aparência.¹⁸

Esta passagem serve de preâmbulo à sua crítica, vista acima, de como os príncipes devem lidar com as virtudes morais clássicas. Maquiavel atribui o fracasso ao príncipe que visar ser sempre bom¹⁹, “Donde é necessário, querendo-se um príncipe manter, aprender a poder ser não bom e usá-lo e não o usar consoante a necessidade” (*Ibidem*). Ao querer sempre ser um arauto da bondade, o príncipe passa a evitar ações tidas como vícios e que são necessárias à manutenção do poder; ao evitá-las, demonstra fraqueza e ao aparecer como fraco aos seus súditos e inimigos, o príncipe não terá forças para se manter no poder. A falta de astúcia no jogo da imagem acarreta na aparência de fraco, o que, em última instância, significa também *ser* fraco no juízo do povo.

No capítulo XV, Maquiavel enumera uma série de qualidades²⁰ por meio do par virtude-vício clássico. Diferente, no entanto, do que parece ser posto tradicionalmente como mais louvável a um príncipe – isto é, possuir todas as virtudes ali expostas –, Maquiavel percebe

¹⁸ Em linha similar de análise, Ames afirma: “na *verità effettuale della cosa* se revela a verdade da ação política compreendida como o efeito, ou o resultado, que produz a imagem” (Ames, 2015, p. 110). Ames ainda nos indica de maneira concisa algumas interpretações sobre a quem Maquiavel se referiria como aqueles que imaginaram repúblicas e principados inexistentes: 1) à tradição clássica da filosofia política, nomeadamente: Platão e Aristóteles; 2) a Savonarola, expressando a situação que lhe era contemporânea de um político que punha a moralidade acima do saber prático da política; e 3) uma resposta aos *espelhos dos príncipes* de sua época, gênero literários que listava o *éthos* do político a partir de concepções morais tradicionais, sobretudo religiosas. (Cf. *Ibidem*, pp. 110-113).

¹⁹ Uma leitura que pontua o problema da bondade junto à política a partir de Maquiavel é Hannah Arendt em *A condição humana*: “Como um modo consistente de vida, a bondade (...) não é apenas impossível nos confins do domínio público, mas é até destruidora dele. Talvez ninguém tenha sido mais agudamente consciente dessa qualidade ruínosa da bondade quanto Maquiavel, que, em famosa passagem, ousou ensinar aos homens ‘como não serem bons’ [fazendo aqui referência ao capítulo 15]” (Arendt, 2010, p.95).

²⁰ Liberal/Mesquinho, Pródigo/Rapace, Cruel/Piedoso, Traidor/Fiel, Efeminado-pusilânime/Feroz-enérgico, Humano/Arrogante, Lascivo/Casto, Íntegro/Astuto, Duro/Transigente, Ponderado/Ligeiro, Religioso/Incrédulo. (Cf. *P.*, XV, p. 2)

que além de ser vetado à condição humana aglomerar todas essas virtudes em um só ser, muitas delas podem ser prejudiciais ao príncipe que quiser se manter no poder. Esta questão é evocada pelo secretário precisamente pelo fato de que muitas dessas virtudes podem vir a comprometer o exercício do poder pelo príncipe. Inclusive, aquela posta como uma das principais qualidades do político – a astúcia – aparece representada como um vício frente ao que seria a sua contraposição virtuosa: a integridade.

O que está em questão, para Maquiavel, é que se o príncipe quiser se manter no poder e proporcionar estabilidade à sua figura e ao próprio principado, ele precisa agir não apenas segundo o que for mais louvável, mas, por vezes, terá que realizar ações consideradas vis a fim de manter o principado, deverá seguir a necessidade²¹, haja vista o imperativo do político ser o guiar-se não pelas coisas imaginadas, mas pelas efetivas. Este saber agir entre o vício e a virtude é a prudência, que não significa o caminho reto ou a mediania aristotélica, que poderia sugerir um local estável entre qualidade extremas (que por sua vez seriam vícios), mas, sim, o caminho necessário que envolve certo cálculo político e que, por vezes, assume faces distintas, podendo transitar entre os polos considerados como viciosos. Se a astúcia é um vício clássico, para Maquiavel ela assume o posto de saber político capaz de caminhar entre vícios e virtudes.²²

Não há conselho definitivo sobre como o príncipe deve agir, afinal, os súditos podem variar, a realidade é mutável e não há como criar um manual inequívoco para a ação. A astúcia do príncipe e sua prudência residem justamente na capacidade de avaliar cada

²¹ Compreendendo a *necessità* como “a coação imposta pelas condições reais nas quais a ação política se desenrola” (Ames, *Op. Cit.*, p. 116).

²² Daí no capítulo XVI, ao discutir se o príncipe deve ser liberal ou miserável, e no capítulo XVII, em que está em jogo a piedade ou crueldade do príncipe, Maquiavel mostrar que o príncipe precisa saber fazer determinadas ponderações sobre o que é mais vantajoso, isto é, servindo-se do que é efetivo, encontrar a melhor forma de agir.

situação.²³ É nessa conjuntura que Maquiavel aconselha o político a não temer o uso de certos vícios, mesmo que seja algo como o “bom uso da crueldade”, ponto que soa controverso em um discurso moral, mas que se enquadra²⁴ nas perspectivas política sob as quais estão ligadas essas ações cruéis.

Ora, o realismo político de Maquiavel, no momento em que foge da tipificação clássica do regime ideal ou da melhor forma de governo em vista da interpretação de como efetivamente é a verdade das coisas políticas, também não se prende às definições éticas/metafísicas de fundamentação da política, pensando a política não a partir do ser ideal, mas do ser efetivo, isto é, sua aparência. O par conceitual vício-virtude não é usado como um guia

²³ De início, dirá o secretário, parece ser o mais aconselhável ser liberal e piedoso, afim de conseguir, com isso, ser amado pelos seus súditos. Contudo, ponderará, a liberalidade tem um efeito contrário caso ela seja mal aplicada, pois levará ao efeito reverso do que imagina o Príncipe. Isto porque, caso a liberalidade seja posta em prática do modo que poderia ser considerada como virtuosa e na medida certa, o povo não lhe creditará crédito por isso, mas para “conservar entre os homens a fama de liberal (...) um príncipe liberal sempre consumirá (...) todas as suas riquezas; (...) cobrar impostos (...) o que começará a fazê-lo odioso” (*P.*, XVI, § 1). O conselho de Maquiavel é de que o príncipe, caso queira ser reconhecido como liberal, não deve se importar em ser considerado como miserável, pois paulatinamente, na medida em que seus súditos perceberem que os seus recursos lhe são minimamente suficientes graças à parcimônia do príncipe, o pouco que o príncipe oferecer já será o suficiente para que ele seja considerado um liberal. Na mesma esteira se encontra a questão da crueldade e piedade. No capítulo XVII Maquiavel é direto ao dizer que “todo príncipe deve desejar ser tido por piedoso e não cruel: todavia ele deve estar atento para não usar mal a piedade”; ao que se segue que não lhe cabe “se importar com a má fama de cruel para manter os seus súditos unidos e confiantes” (*P.*, XVII, § 1). Para tanto usa o exemplo de César Bórgia, considerado cruel, mas que foi justamente sua crueldade que “pacificou a Romanha, uniu-a, reconduzindo-a à paz e à confiança”, de modo que “a um exame mais detido, ver-se-á que ele foi bem mais piedoso que o povo florentino” (*ibidem*).

²⁴ Não sem problemas, vide a crítica que Maquiavel dirige àqueles que fundam sua conquista em atos criminosos, não atribuindo a tal conquista o critério da *virtù* e da glória (*P.*, VIII). Não obstante isso, Maquiavel nos fala que o problema advenha do mal ou bom uso da crueldade, de modo que não é todo tipo de ação cruel que se configuraria em um crime que retiraria a glória proveniente da ação política e descaracterizaria a *virtù* do ator.

em que o vício deve ser evitado e a virtude praticada, tampouco há um elogio ao vício. Em vez disso, Maquiavel se concentra na compreensão de que, por vezes, certas atitudes tidas como partícipes da ideia de vício, na verdade, correspondem melhor ao desígnio da ação política do que às ações virtuosas.²⁵ De fato, não se pode dizer que Maquiavel, por outro lado, faça um elogio da miserabilidade e da crueldade, mas, sim, da ação que sabe realizar um cálculo político em que a parcimônia, embora possa ser lida de início como miséria/avareza, a médio/longo prazo sugere uma imagem do príncipe preocupado com a integridade do estado sem perder seu comando. Junto a isso, tem-se a crueldade não como virtude, mas como possibilidade de um desprendimento da necessidade de ser bom. A crueldade não é um valor a ser perseguido, porém, deve ser compreendida na conjuntura política em que a bondade acarreta ao governante a perda da estabilidade do corpo político. Tais questões apontam não para uma inversão valorativa, mas para uma não subserviência inequívoca ao que as regras normativo-morais determinam tradicionalmente.²⁶

Em razão da possibilidade de o príncipe não ser bom e não ser liberal a fim de assegurar a estabilidade política, Maquiavel percebe que o político deve operar, em comunhão com tais ações, uma produção de sua própria imagem. Não importa o que ele o é no seu íntimo, mas como ele aparece aos seus súditos. Não cabe a pergunta sobre as perversidades ou bondades que habitam a sua alma, mas, sim, em como ele surge na esfera política. A verdade efetiva é também aquilo que é tornado real pela ação política e é nessa perspectiva que se sustenta o realismo político maquiaveliano. Eis que, aqui, reforço o argumento sobre a força e aparência. Aparecer

²⁵ Isso pode ser percebido nos conteúdos descritos nos capítulos XVI e XVII, quando as ações que auxiliam o príncipe na manutenção do poder não perseguem a liberalidade e a piedade como ideias absolutas.

²⁶ Eis então, no capítulo XIX, o exemplo de Severo, que “soube usar bem a *persona* do leão e da raposa” (*P.*, XIX, § 10), designado como “um ferocíssimo leão e uma astutíssima raposa” (*Ibidem*, § 11) após lançar-se em batalha contra Negro, na Ásia, pelo império de Roma, ao mesmo tempo que enganava Albino, no Poente, para em seguida também derrotá-lo e dirimir a luta pelo poder.

como forte significa ser forte. A força política, todavia, opera em uma base efetiva que precisa aparecer em público: de nada adianta a força que não tem espaço no mundo visível aos homens, a força que apenas se esconde não resulta efetiva.

O realismo político de Maquiavel não se restringe apenas ao modo com o qual o autor se refere aos tipos de regime político, mas também, a como o ator político aparece na cena pública. Claro está que este aparecer do político significa um ganho para a leitura do que seja o realismo político de Maquiavel, visto que seus conselhos não têm como suporte ações e/ou situações ideais, mas a compreensão de que a conquista e manutenção do espaço público se fundam não somente em boas leis, mas também na força e na astúcia. Esta força, como continuamente pontuei, possui diversas dimensões, e em todas elas está presente a importância da aparência. Assim, quando Maquiavel não restringe o bom político ao homem de boas qualidades morais, acaba por trazer mais robustez ao seu realismo, de modo que teríamos um realismo sobre a política e sobre o ator político. Nenhum dos dois é reduzido a ideais, mas ambos são pensados sob a eminência do aparecer, um duplo realismo político: aquele dos modelos de atores políticos e aquele de regimes políticos. Ambos estão fundados na relação entre Força e Aparência.

Referências

ADVERSE, Helton. *Maquiavel: Política e retórica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

ADVERSE, Helton. Maquiavel: a força, o poder e a retórica. *Sapere aude*. Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p. 350-362, ago./dez. 2017.

AMES, José Luiz. Verdade efetiva e ação política em *O príncipe* de Maquiavel. In: ADVERSE, Helton (ORG.). *Reflexões sobre Maquiavel: 500 anos de O príncipe*. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo, revisão de Adriano Correia. 11ª edição. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2010.

BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*. 2ª edição. São Paulo: Loyola, 2005.

BIGNOTTO, Newton. O aprendizado da força. In: ADVERSE, Helton (ORG.). *Reflexões sobre Maquiavel: 500 anos de O príncipe*. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Edição bilíngue. Trad. de José Antônio Martins. São Paulo: Hedra, 2011.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Edição bilíngue, Trad. de Diogo Pires Aurélio. São Paulo: editora 34, 2017.

SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Tr. br. de Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2010.

VAROTTI, Carlo. Une écriture fondée sur l'expérience. In: GAILLE-NIKODIMOV, Marie; MÉNISSIER, Thierry (org.). *Lectures de Machiavel*. Paris: Ellipses, 2006, pp. 15-49.